

Como se vê, são duas versões diferentes da obra de Hesíodo, ambas bem vindas e necessárias num mercado editorial ainda tão carente de textos clássicos, como é o brasileiro.

MAGDA GUADALUPE DOS SANTOS e  
JACYNTHO LINS BRANDÃO

*A democracia grega.* Organização de Hélio Jaguaribe. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. 149 p., ilustrações.

O volume é composto pelas cinco conferências e mesa redonda realizadas durante a “Semana da Grécia” — promovida em 1980 pela UnB e pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais — acrescidas de uma introdução geral ao tema e da Oração Fúnebre de Péricles, em tradução portuguesa. Procura-se dar ao leitor uma informação geral a respeito da democracia grega — o que se obtém principalmente através da leitura da referida introdução e do artigo “A Democracia de Péricles”, assinados ambos por Hélio Jaguaribe — ao mesmo tempo em que aspectos singulares do assunto recebem tratamento específico. Este é o caso das palestras de autoria de José Cavalcante de Souza, Mário Vieira de Mello, Celso Lafer e Eudoro de Sousa, intitulados, respectivamente: “A pólis como quadro institucional da cultura grega”; “A crítica socrático-platônica à democracia ateniense”; “Medida e desmedida: reflexões sobre as relações externas da pólis e sobre o conflito Demóstenes e Filipe”; e “Paidéia”. Segundo as palavras do próprio organizador do volume, esses trabalhos “constituem uma tentativa de apreciação crítica, a partir de uma perspectiva brasileira contemporânea, do grande experimento político da Grécia clássica”, buscando, “a partir da literatura disponível, reinterpretar, criticamente, as principais idéias e ocorrências políticas daquele mundo, notadamente na sua expressão ateniense”.

Merecem destaque as considerações filológicas propostas pelo Prof. José Cavalcanti de Souza, em torno da analogia entre o *lógos*

e a *agorá*, ambos ligados a verbos cujo sentido primeiro repousa na idéia de colher, ajuntar, reunir (*légein* — colher, reunir; *agérein* — reunir, reunir em assembléia). Numa etapa posterior, de *agorá* forma-se novo verbo — *agoréuein* — que sintetiza em si os dois sentidos: falar em assembléia, falar em público. Dessa forma, é na praça e na prática do debate democrático que se conforma o *lógos* grego ou, em outros termos, o *lógos* só se realiza e toma forma a partir da ação de se reunir os cidadãos para o debate. O alcance dessa consideração conduz o leitor de cheio para o fundamento de toda a cultura grega, dominada pelo exercício do falar, do *falar em público*, isto é, do debater — o *lógos* entendido como o grande *diálogos* concretizado no espaço aberto da praça. “A realização da *agorá* pelo *agoréuein*” — sublinha o conferencista — “o *agoréuein* como figuração imediata do *lógos* — tal é substancialmente a gênese da *pólis*”. A gênese da *pólis* equivale dizer a gênese da democracia e de toda produção cultural dos antigos gregos.

Já os trabalhos de Mário Vieira de Mello e Eudoro de Sousa procuram esclarecer o problema das relações de Platão com a democracia, inquietante para a maioria dos helenistas e daqueles que tomam algum contato com a experiência política grega. Trata-se, em suma, de estabelecer a crítica platônica dentro da esfera de sua ontologia, teoria do conhecimento e princípios educacionais. Parece que a teoria das idéias, consideradas como a substância verdadeira de um mundo mergulhado em aparência, torna-se a chave da questão. Há um conflito e uma ruptura entre as doutrinas socrático-platônicas e a confiança no sensível, através da qual, conforme o Prof. Eudoro, “um grego é introduzido na greidade da Grécia”. O descompasso estaria portanto entre a república ideal proposta pelo filósofo e a democracia nascida na realidade da *pólis*. A libertação das aparências em que se acha mergulhado o homem, no fundo da caverna do sensível — afastá-lo-ia também do mundo da cidade, conduzindo-o a uma libertação mais a nível do próprio *microcosmos* que existe dentro de si. A *República*, mais que um tratado sobre política constituiria, assim, um tratado sobre educação — é o que concluem os dois estudiosos. Acusar Platão de totalitarismo é completamente descabido e não coaduna com a universo em que se movia o filósofo.

São igualmente interessantes as considerações de Celso Lafer, na medida em que procura jogar a experiência das cidades-estado gregas com o conjunto das relações entre as nações modernas. Esse detalhe, aliás, se faz presente em todos os trabalhos: a preocupação de aprender a partir do legado grego, buscando sugestões para a solução de problemas atuais. Não constituiu a "Semana da Grécia", desse modo, mero exercício acadêmico de filo-helenismo, mas revestiu-a um sentido marcado de atualidade.

A mesa-redonda, que fechou o ciclo de conferências, tendo sido provocada espontaneamente pelo mesmo, contou com a participação de Ronaldo Poletti, Arthur Nogueira, Celso Lafer, Hélio Jaguaribe, José Guilherme Merquior, Mário Vieira de Mello, Mary Camargo Neves e Vamireh Chacon. A discussão ateu-se a pontos controversos dos temas expostos pelos conferencistas, devendo-se realçar as intervenções esclarecedoras do Prof. Hélio Jaguaribe, especialmente as relativas à situação do escravo e da mulher na sociedade democrática ateniense e à passagem do mítico ao lógico na história da cultura grega. Algumas vezes o fio da discussão torna-se um pouco obscuro, dificultando a compreensão do leitor, como por ocasião da primeira fala do Desembargador Mário Vieira de Mello, quando critica José Guilherme Merquior por atribuir a Jaeger um "humanismo delirante", crítica, aliás, a nosso ver, que parece de todo procedente. Fica-se todavia sem saber a que escrito ou pronunciamento de Merquior ele se refere. A transcrição de debates traz sempre inconvenientes como esse, não devendo isso, contudo, conduzir a sua não publicação, em tudo válida. Vicissitudes da palavra viva, nascida no calor do debate, ágil, pronta, rica de sentidos, quando forçada a se prender às formas da letra. Consideração que se nos impõe inevitavelmente quando se tem à mão um volume como este, que trata, no fundo, das potencialidades do discurso atualizado como instrumento da democracia. Longe do dia-a-dia da experiência grega, conhecendo-a apenas através da tradição escrita, até que ponto nosso acesso a ela será na medida do desejável?

Uma última observação faz-se necessária no que se refere às ilustrações. Cremos da máxima importância dotar um livro que trata da cultura grega de material ilustrativo do meio em que essa cultura surgiu, para introduzir o leitor moderno no que o Prof.

Eudoro de Souza chamou a “grecidade da Grécia”, através dos instrumentos pelos quais também um grego das eras antigas absorvia esse *modo de ser*. A reprodução das fotografias, é excelente, sua escolha também, geralmente, feliz. A ordem contudo é confusa, faltando de todo legendas explicativas, defeito imperdoável que impossibilita ao leitor leigo a compreensão daquilo que vê. A arrumação das fotografias todas juntas no início também não é a ideal. Seria mais agradável tê-las ilustrando as diversas partes do livro — a fim de que suas potencialidades comunicativas fossem plenamente exploradas, como parte orgânica de um volume tão bem composto e interessante, que traz de novo até os nossos dias essa que foi a máxima criação do mundo antigo: a democracia.

JACYNTHO LINS BRANDAO

SESECA. *Édipo*. Tradução do original latino por Johnny José Mafra. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982. 113 p. Inclui o original latino.

A obra em questão vem ajudar a suprir grave lacuna no mercado editorial brasileiro, em que raramente se encontram edições bilingües dos textos clássicos. Como nas melhores publicações estrangeiras, o *Édipo*, de Sêneca, foi composto com detalhado cuidado gráfico, podendo facilmente o leitor percorrer o original se valendo da tradução ou mergulhar nesta conferindo-a, quando necessário, com o texto latino.

A eficiente tradução do Prof. Johnny José Mafra atende às exigências do leitor culto sem deixar de ser acessível aos não iniciados, o que se consegue também através das notas de pé-de-página, elucidativas das referências feitas pelo autor cujo entendimento depende do conhecimento de fatos da cultura greco-latina. O processo se completa através de estudo sobre o teatro romano e a época de Sêneca. Por ele se aprende que o filósofo romano era natural de Córdova, na Espanha, mas que foi em Roma que exerceu “sua atividade como advogado e como político”, tendo sido ainda instrutor e conselheiro de Nero, de quem partiu a ordem para que se matasse, o que Sêneca fez cortando os próprios pulsos, no ano 65 d.C.